



1 **ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CTEG GUANDU - 05/05/2022**

2 No quinto dia do mês de maio de 2022, às 09h:30min, o Comitê das Bacias Hidrográficas
3 dos Rios Guandu, da Guarda e Guandu-Mirim – Comitê Guandu/RJ, deu início à 2ª
4 Reunião Extraordinária da CTEG, não presencial, via plataforma de videoconferência
5 (Teams), tendo como pauta os seguintes assuntos: **1 - Abertura; 2- Apresentação**
6 **pelos municípios da RH-II de seus potenciais para o turismo agroecológico e suas**
7 **dificuldades, em atenção ao previsto pelo Manual Operativo do PERH Guandu que**
8 **define como ação prioritária: 7.2.2.1 - Montagem do Programa de turismo**
9 **agroecológico com vistas à conservação e proteção dos recursos hídricos, com**
10 **a seleção, identificação e mobilização dos participantes; Atividade 1: Realização**
11 **de reunião em Câmara Técnica para que os municípios apresentem seus**
12 **potenciais atrativos turísticos e dificuldades para desenvolvimento do turismo em**
13 **suas regiões; 3. Análise e discussão sobre o questionamento referente à**
14 **contratação para elaboração do Plano de Educação Ambiental; 4. Encerramento.**
15 A reunião teve início às 10h12min. O Coordenador da CTEG, Luiz Fernando Carvalheira
16 (P.M. Miguel Pereira) deu início à reunião cumprimentando todos e solicitando a leitura
17 da pauta pela secretaria executiva. **2- Apresentação pelos municípios da RH-II de**
18 **seus potenciais para o turismo agroecológico e suas dificuldades, em atenção ao**
19 **previsto pelo Manual Operativo do PERH Guandu que define como ação**
20 **prioritária: 7.2.2.1 - Montagem do Programa de turismo agroecológico com vistas**
21 **à conservação e proteção dos recursos hídricos, com a seleção, identificação e**
22 **mobilização dos participantes; Atividade 1: Realização de reunião em Câmara**
23 **Técnica para que os municípios apresentem seus potenciais atrativos turísticos e**
24 **dificuldades para desenvolvimento do turismo em suas regiões;** Luiz Fernando
25 Carvalheira (Miguel Pereira) solicitou que os municípios iniciassem as apresentações.
26 Fábio Nascimento (SMCT Mangaratiba) informou que receberam o convite para
27 participar da reunião e foram preparados somente para ouvir e entender o objetivo do
28 grupo. Fátima Rocha (AGEVAP) informou que enviou o convite aos municípios para
29 atender a atividade prevista no MOP, a fim de ouvi-los sobre suas potencialidades e
30 dificuldades quanto ao turismo. Fábio Nascimento (SMCT Mangaratiba) perguntou
31 quem seria o representante de Mangaratiba dentro do fórum, pois só teve ciência do
32 convite no dia anterior da reunião e não sabiam exatamente do que se tratava, ele
33 informou que possuem potencialidades no ecoturismo de aventura mas que não tem
34 isso listado e disse que no fim da reunião, informará um e-mail para que o convite seja
35 feito e preparem uma apresentação. Evandro Viana (COMDEP) falou a respeito do
36 Turismo Rural, Agroecológico e Cicloturismo que está sendo desenvolvido no município
37 de Paracambi. Indicou o ciclismo como uma das atividades esportivas mais atrativas e
38 das trilhas que o município possui. Citou como pontos principais o Parque do Curió, as
39 propriedades rurais e os produtores rurais que já se organizaram em cooperativas e
40 desenvolvendo formas de divulgar através das redes sociais, as belezas de Paracambi.



41 Como dificuldades, apontou as condições das estradas rurais e a falta de
42 conscientização de alguns proprietários em conciliar a produção das atividades
43 agrícolas com o turismo, mantendo a preservação das áreas. Gilvoneick de Souza
44 (Defensoria Socioambiental) fez comentários à apresentação e perguntou como o
45 município pretende desenvolver o turismo sem solucionar a questão do tratamento dos
46 efluentes sanitários. Fábio Nascimento (SMCT Mangaratiba) respondeu que não
47 mencionou cachoeiras e rios como potencialidades, e que a maioria dos rios cortam
48 Paracambi, mas não nascem lá e que este é um problema do Estado, não só do
49 município. Elaine Arruda (P.M.Paracambi) explicou que o município de Paracambi não
50 está inerte na questão do saneamento e que o Sanear Guandu está sendo trabalhado.
51 Mayná Coutinho (CEDAE) perguntou ao Fábio Nascimento de que forma ele acredita
52 que o Comitê Guandu possa agir junto ao município sob o olhar da conservação e da
53 proteção. **3. Análise e discussão sobre o questionamento referente à contratação
54 para elaboração do Plano de Educação Ambiental;** Mauro Pereira (Defensores do
55 Planeta) se apresentou, fez uma contextualização e iniciou a apresentação. Jaqueline
56 Guerreiro (OMA-Brasil) sugeriu rever todos os aportes que dão formato aos TDR,
57 porque são esses editais que têm trazido complicações, disse que a educação
58 ambiental já é um campo de conhecimento consolidado e deve ser tocado por
59 profissionais e informou que essa questão foi revista nos outros Comitês, que pela falta
60 de expertise da empresa, encerraram o contrato e encerrou sua fala solicitando que o
61 Comitê e a AGEVAP repensem a contratação, não somente pela falta de experiência
62 em educação ambiental da empresa, mas também pela falta de conhecimento em
63 políticas públicas. Luiz Fernando Carvalheira (P.M. Miguel Pereira) pediu o
64 posicionamento do jurídico. Victória Lourenço (Assessoria Jurídica AGEVAP) disse que
65 as colocações são todas legítimas e proporcionais e comentou a fala da Jaqueline que
66 por mais que possam discordar da expertise, a instituição foi selecionada com base em
67 critérios objetivos dados no termo de referência (TDR) e especificados no edital,
68 informou que uma vez aprovado o TDR, foi dado início ao certame, tendo todas as
69 etapas sido rigorosamente observadas e quanto ao CNPJ e das descrições de
70 atividades que constam nele, o TC e o TCU entendem que não podem limitar a
71 participação de uma empresa em um certame, tendo por base a descrição do objeto
72 dela, relacionada ao objeto da licitação, disse que entende a colocação que o Mauro
73 Pereira fez, mas que ela não é suficiente para sustentar a base das argumentações,
74 explicou como são feitas as avaliações das expertises nas licitações, e que não havendo
75 ilegalidade no processo, não é possível anular, que o que pode ser pensado é em
76 revogação. Ela atentou para o fato de que, caso a AGEVAP opte pela revogação,
77 precisa dar a empresa a oportunidade de se manifestar administrativamente, uma vez
78 que o contrato já foi assinado e assumir o risco de uma obrigação de indenização,
79 comentou também sobre a fala da Jaqueline a respeito de substituir o edital e informou
80 que isso pode chamar a atenção dos Tribunais de Conta, dando a entender que há



81 inconformismo com a seleção de uma empresa, portanto a revogação exige uma
82 argumentação mais robusta. Luiz Fernando Carvalheira (P.M. Miguel Pereira) pediu a
83 manifestação de alguém da AGEVAP que esteja acompanhando a formação do projeto
84 e o edital. Vanessa Gomes (AGEVAP) compartilhou em tela a linha do tempo do
85 processo do Termo de Referência mostrando que o mesmo foi elaborado de forma
86 participativa pelo GTEA e aprovado pela CTEG, a fim de subsidiar a discussão e
87 apresentou os quesitos utilizados para avaliar a proposta técnica das empresas. Luiz
88 Fernando Carvalheira (P.M. Miguel Pereira) disse que o Mauro Pereira está presente e
89 será essencial na construção desse plano e disse que os municípios irão participar e
90 somarão suas próprias expertises com o acompanhamento da empresa. Mauro Pereira
91 (Defensores do Planeta) perguntou se Victória falou como advogada da AGEVAP ou do
92 Comitê Guandu, se a AGEVAP é uma delegatária do Comitê, seria necessário ter um
93 advogado do Comitê. Victória Lourenço (Assessoria Jurídica AGEVAP) respondeu que
94 presta assessoria jurídica para a AGEVAP, que por sua vez atende o Comitê. Mauro
95 Pereira (Defensores do Planeta) disse que atua no terceiro setor há muito tempo e o
96 CNPJ é a essência de qualquer empresa e organização e informou que a resolução do
97 INEA preconiza que pode haver uma outra forma de contratação, um acordo, um termo
98 técnico de contratação, como foi feito na Baía de Guanabara e disse que alertou o GTEA
99 da empresa e disse não entender como a empresa está apta para um Comitê se foi
100 considerada inapta pelo outro. Uiara Martins (FONASC) perguntou se o Termo de
101 Referência foi elaborado de forma conjunta porque a fala da AGEVAP é diferente da do
102 Comitê e disse que sempre defendeu a participação de pelo menos um membro no
103 processo licitatório. Gilvoneick de Souza (Defensoria Socioambiental) disse ter lido a
104 resolução 160 do INEA e disse que a contratação seguiu todos os trâmites, caberia ao
105 comitê ter se debruçado e criado os critérios específicos e informou a Andreia Loureiro
106 (P.M. Queimados) que acionou a justiça para obter uma informação sobre o Polo
107 Industrial, solicitada e não atendida por ela. Andreia Loureiro (P.M. Queimados),
108 retornou à reunião, disse que esteve na reunião de apresentação da empresa
109 contratada com a prefeitura de Queimados e disse que gostou muito, que a empresa
110 parece bem capacitada e que as coisas já estão acontecendo sem problemas. Victória
111 Lourenço (Assessoria Jurídica AGEVAP) esclareceu que apresentou o risco do
112 processo judicial, caso encerrem o contrato, mas disse que sendo esta opção, terão
113 todo suporte jurídico necessário. Mauro Pereira (Defensores do Planeta) disse que não
114 teve acesso ao TDR e só tomou conhecimento da empresa em fevereiro e se espantou
115 ao ver que a empresa era a mesma que foi recusada na Baía de Guanabara e reforçou
116 que a mesma tem de ter experiência comprovada e reclamou o fato de que o TDR
117 não foi enviado ao GTEA. Vanessa Gomes (AGEVAP) esclareceu e apresentou que o
118 e-mail com o Termo de Referência foi enviado em setembro de 2021 e em reuniões
119 anteriores do GTEA e de CTEG foi encaminhado um link com todas as informações do
120 ato convocatório constando o TDR e disse que o processo de contratação foi exposto



121 durante meses sem ninguém se manifestar. Uiara Martins (FONASC) disse que o
122 Comitê deveria ter uma resolução com o que deve constar nos Termos de Referência.
123 E disse que tendo a empresa já sido contratada, membros, diretoria, os municípios e ao
124 grupo de educação ambiental acompanhar e fazer suas contribuições, em respeito ao
125 produto que já foi contratado. Mauro Pereira (Defensores do Planeta) lembrou que havia
126 sido combinado que faria a apresentação e em seguida haveria uma votação entre os
127 membros, e levantou a possibilidade de encaminhar para o plenário. Orlando Pereira
128 (ACVV) disse que deveriam levar o tema para a Diretora e para a Plenária. Mayna
129 Coutinho (CEDAE-Saneamento) esclareceu que Mauro Pereira já havia levado a
130 discussão para a Diretoria e que lá entendeu-se que deveria ser levada a CTEG, onde
131 o TDR foi aprovado. Mauro Pereira (Defensores do Planeta) propôs uma votação, ou
132 que Luiz Fernando Carvalheira, enquanto coordenador, encaminhe para a Plenária,
133 onde estariam todos os membros do Comitê. Uiara Martins (FONASC) propôs que o
134 GTEA apresente todo o material através de um levantamento de tudo que foi discutido,
135 com Atas e informações e façam uma Extraordinária para discutir somente esse assunto
136 e sugeriu que Mauro Pereira recolha as assinaturas e solicite que coloque na pauta
137 informando a falta de quórum. Mauro Pereira (Defensores do Planeta) sugeriu uma
138 votação para saber se todos concordavam em encaminhar o assunto para uma Plenária,
139 e disse que se não houver uma definição, ele mesmo poderá reunir cinco instituições
140 para levar para o plenário. Gilvoneick de Souza (Defensoria Socioambiental) confirmou
141 que Mauro Pereira, enquanto instituição, pode se juntar a mais cinco e levar o assunto
142 para o plenário, já que não há quórum, e pelo Regimento Interno a discussão estará
143 registrada em ATA, valendo como um documento de deliberação. A reunião foi
144 encerrada às 13h07min. Eu, Débora Uhlmann Ferreira (BUMERANGUE), tomo a termo
145 esta ata que segue assinada por:

146

147

Luiz Fernando Carvalheira
Coordenador

Orlando de Souza Pereira
Subcoordenador

148

149

150 **Membros presentes:**

151

152 Sabina Campagnani (FURNAS); Mayná Coutinho Morais (CEDAE-Saneamento);

153 Cristiane de Souza Siqueira Pereira (Ícaro Moreno) (Universidade de Vassouras); Mauro



154 André dos Santos Pereira (Defensores do Planeta); Orlando de Souza Pereira (ACVV);
155 Antônio Orlando Izolani (Paracambi); Evandro da Silva Batista (Rio Claro); Luiz
156 Fernando Carvalheira (Miguel Pereira).

157

158 **Membros Ausentes:**

159 Sabina Campagnani (FURNAS); Thales dos Santos Fernandes (LIGHT Energia);
160 Franziska Huber (FAETERJ-Paracambi); Tauann Fernandes Ferreira Domis (Mendes).

161

162 **Convidados:**

163

164 Evandro Viana (P.M. Paracambi); Regiane; Daniel Reis (P.M. Mangaratiba); Gilvoneick
165 de Souza (Defensoria Socioambiental); Fabio Nascimento (P.M. Mangaratiba); Jéssica
166 Cardoso (P.M. Paracambi); Uiara Martins (FONASC); Jacqueline Guerreiro (Oma -
167 Brasil); José Arnaldo (P.M. Nova Iguaçu); Andreia Loureiro (p.M. Queimados); Elaine
168 Arruda (P.M. Paracambi); Gabriela; Marcelo Danilo (ANAGEA/RJ); Regiane Silva (P.M.
169 Mangaratiba); Jonathas Gonçalves (P.M. Rio Claro); Victória Lourenço (Assessoria
170 Jurídica AGEVAP); Fátima Rocha (AGEVAP); Vanessa Gomes (AGEVAP); Maria
171 Adelaide (AGEVAP); Gabriela Teixeira (AGEVAP); Kleiton Gomes
172 (AGEVAP) e Lucas Santana (AGEVAP).